

# Pré-história às silvas: o castro de Souane (Cisterna, Vinhais, Portugal) e a indolência patrimonial

## Prehistory neglected: the hillfort of Souane (Cisterna, Vinhais, Portugal) and the patrimonial indolence

Octávio Sacramento

*Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Edifício Pólo II da ECHS, Quinta de Prados, 5000-801 Vila Real, Portugal*  
octavsac@utad.pt

As silvas vêm tomando a história e as perspectivas de resgate são escassas. Esta parece ser a sentença mais provável para inúmeros sítios arqueológicos de Norte a Sul de Portugal. Dela dificilmente se livrará o que ainda resta das construções castrejas situadas no extremo noroeste do concelho de Vinhais, em plena terra fria transmontana, numa estreita faixa planáltica ladeada pelos rios Mente e Rabaçal conhecida como Lomba, de onde sou natural. Os vestígios destes antigos povoados amuralhados são, na maioria dos casos, muito ténues e encontram-se praticamente ocultos pela vegetação e pela sucessiva acumulação de sedimentos. A exceção é o castro de Souane, a oeste da aldeia da Cisterna, a pouco mais de um quilómetro da fronteira com Espanha. A sua localização numa elevação com cerca de 854 m de altitude, no topo arredondado de uma das vertentes do rio Rabaçal, permitia às comunidades que o ocuparam uma excelente visualização e controlo estratégico do território envolvente.

Referenciado pela Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC) através do Código Nacional de Sítio CNS-1605, nele ainda é possível vislumbrar de forma bastante razoável muitos dos elementos da estrutura e organização interna, pese embora o seu completo abandono às leis da natureza e às arbitrariedades humanas. Por entre silvas e giestas é visível quase toda a extensão da base da muralha (aprox. 2 m de largura, 100 m de diâmetro e 280 m de perímetro) a circundar defensivamente o povoado, parte da parede circular de

algumas habitações e o aterro da cisterna — génese do topónimo da aldeia próxima — a que recorriam os antigos habitantes do lugar para o abastecimento de água.

À semelhança dos demais castros que foram surgindo no Noroeste da Península Ibérica, sensivelmente a partir do século VI A.C., o castro de Souane terá albergado ao longo do tempo distintos povos (v.g. celtas/calaicos, muçulmanos), quase todos eles imbuídos de uma “tradição de resistência” e conflito imposta pela contiguidade territorial de comunidades de diferentes vagas civilizacionais [1]. Ao descrever “A tomada de Souane aos Mouros”, apoiado na tradição oral popular, Martins [2] deixa antever o que terá sido uma difícil convivência entre os diferentes grupos étnicos estabelecidos nas margens do rio Rabaçal, bem como a instabilidade e a provável intermitência na manutenção dos povoados castrejos:

Senhores da vila de Souane davam os mouros amiudadas sortidas pelas terras circunvizinhas, causando aos cristãos prejuízos sem conta. Cansados estes de por tanto tempo sofrerem o jugo do invasor, resolveram organizar um pequeno núcleo de resistência, constituindo o centro das operações no Castelo de Pinheiro Novo, vulgarmente chamado Cidade de S.ta Rufina, na margem oposta do rio Rabaçal. A empresa era difícil, porque o Castro de Souane, além de ser guarnecido de fortes muralhas, tinha pelo sul a protecção das outras povoações de Lomba [...] e pelo norte a encosta íngreme inçada de fraguédos enormes até à margem do rio. Por duas vezes o exército cristão

escalou a encosta e poz cerco à vila, mas debalde; os esculcas mouriscos depressa punham os habitantes em sobressalto, obrigando os cristãos a uma custosa retirada. Vendo-se assim impossibilitados para nova investida recorreram à protecção do apóstolo Santiago. Fizeram preces durante oito dias... E, milagre extraordinário! Na manhã do nono dia puderam ver numerosa cavalgada baixando dos montes do Pinheiro Novo. Há festa. Nessa noite o glorioso cabo de guerra mandou reunir todos os bois, vacas e cabras que havia nas aldeias vizinhas, e depois de colocar-lhes nos chifres archotes e faróis, marchou com o exército em direcção a Souane. A noite estava escura; já junto das muralhas, mandou acender os faróis, fazendo entrar o luzido exército para dentro do povoado; os mouros, desprevenidos, acordam em alta gritaria, encontrando a maior parte, em louca correria, a morte nas pontas dos animais enraivecidos e nas lanças dos infantes e dos cavaleiros fogosos. Souane foi arrasada. Os que puderam escapar, exteriorizaram o sentimento de perderem para sempre a afamada povoação, soltando dos outeiros distantes estes doridos queixumes: "Adeus, formosa vila de Souane! Nunca mais te tornaremos a ver! Que a maldição caia sobre os cristãos!" [2, pp. 272-273].

Esta é mesmo uma das primeiras referências de cariz historiográfico ao castro de Souane. Desde então tem vindo a ser identificado sumariamente em obras sobre a cultura castreja na Península Ibérica, em bibliografia sobre a arqueologia da região, na generalidade dos documentos relativos ao património histórico do concelho de Vinhais e em inúmeros relatórios de orientação de estratégias e políticas de desenvolvimento local. É, portanto, um sítio arqueológico (re)conhecido por múltiplas instituições e agentes. Como compreender, então, o facto de nunca ter sido feito qualquer esforço no sentido de se proceder ao seu estudo e preservação? Haverá, certamente, muitos factores conjugados que explicam esta inércia. Entre outros: (i) estratégias-base de salvaguarda do

património dificilmente agilizáveis e/ou circunscritas a uma retórica vã e inconsequente; (ii) escassa vontade de actores-chave situados em diferentes escalas da administração do território, sobretudo ao nível autárquico, em assumir o património como campo relevante da sua actuação política; (iii) no limite, a passividade de todos nós – sociedade civil –, pouco expeditos em organizar processos reivindicativos sustentados junto das entidades competentes e em imaginar soluções criativas que rompam com a habitual dependência paternal face ao Estado.

Nos dias que correm, o *não há dinheiro* funciona quase sempre como a grande justificação da negligência, de que o castro de Souane é um exemplo flagrante. Sem negar a relevância das condicionantes económicas, creio, todavia, que esta negligência é, acima de tudo, produto de uma indolência patrimonial profunda, consideravelmente generalizada e culturalizada. Uma indolência que inviabiliza a efectiva consciência da necessidade de salvaguarda dos legados da história como se de um imperativo ético se tratasse e, por acréscimo, que se olhe para o património como um valioso recurso económico e factor incontornável de desenvolvimento local.

- 1 Costa, R., 'A cultura castreja (III a.C. - I d.C.): a longa tradição de resistência ibérica', *Revista Outros Tempos* 3 (2006) 37-58.
- 2 Martins, F., *Folklore do Concelho de Vinhais*, vol. 1, Câmara Municipal de Vinhais, Vinhais (1987). Edição original: 1928.

**Recebido:** 11 de Setembro de 2014

**Aceite:** 12 de Setembro de 2014

**Online:** 28 de Setembro de 2014



Licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivados 3.0 Não Adaptada.

Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/deed.pt>.